



DESEMBARQUES DE MEMÓRIAS¹

Resumo: A historiadora Nilma Teixeira Accioli narra a sua trajetória acadêmica nos anos 70 e 80, destacando as suas expectativas e os contatos que teve com Lélia Gonzalez. Aborda sua experiência na pós-graduação na UFRJ, objetos de suas pesquisas e documentários sobre africanos e experiências religiosas negras no Brasil.

Palavras-chaves: Portos atlânticos, memória, história intelectual e Nilma Teixeira Accioli

LANDING MEMORIES

Abstract: Nilma Teixeira Accioli narrates her academic trajectory in the 70s and 80s, highlighting her expectations and her contacts with Lélia Gonzalez. Rescues his postgraduate experience at UFRJ and his research and documentaries on Africans and black religious experiences in Brazil

Keywords: Atlantic ports, memory, intellectual history and Nilma Teixeira Accioli

PUERTOS DE MEMÓRIA

Resumen: Nilma Teixeira Accioli narra su trayectoria académica en los años 70 y 80, destacando sus expectativas y sus contactos con Lélia González. Rescata su experiencia de posgrado en la UFRJ y sus investigaciones y documentales sobre africanos y experiencias religiosas negras en Brasil.

Palabras-claves: Puertos atlánticos, memoria, historia intelectual y Nilma Teixeira Accioli

PORTS MÉMOIRE

Résumé: Nilma Teixeira Accioli raconte sa trajectoire académique dans les années 70 et 80, mettant en lumière ses attentes et ses contacts avec Lélia Gonzalez. Sauve son expérience de troisième cycle à l'UFRJ et ses recherches et documentaires sur les Africains et les expériences religieuses noires au Brésil.

Mots clés: Ports de l'Atlantique, mémoire, histoire intellectuelle et Nilma Teixeira Accioli

¹ Entrevista, edição e organização de Stephane Ramos (doutoranda em História pela Universidade de Brasília, E-mail: stephane.rcosta@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5162-5970>) e Flávio Gomes (professor da UFRJ e pesquisador do CNPq, Professor da UFRJ e pesquisador do CNPq. E-mail: escravo@prolink.com.br . ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2386-7040>)

**NILMA TEIXEIRA ACCIOLI**

Pesquisadora associada do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui Doutorado em História Comparada com a tese intitulada “Experiências Religiosas de Matrizes Africanas no Rio de Janeiro” (2015). Entre os seus livros se destacam “O sagrado e o profano: vivências negras no Rio de Janeiro” (Appris, 2019) e “José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: o tráfico de escravos no antigo Cabo Frio” (Edições Museu do Ingá, 2012), além de capítulos de livros e artigos publicados em *Acervo* (Revista do Arquivo Nacional), *Revista ABPN*, *Revista de História* (Rio de Janeiro), *Revista Diálogos En Mercosur*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, *Semioses* (Rio de Janeiro), entre outros periódicos. Produziu o documentário (premiado nacional e internacionalmente) “*Ibiri, tua boca fala por nós*” (2009) sobre linguagens, identidades e línguas africanas de mulheres negras, filhas de africanos escravizados na região do Lagos.

ORIGENS E MISTURAS CATIVAS

Fale um pouco da sua origem familiar e trajetória até entrar na universidade. Quais foram as primeiras referências familiares e extrafamiliares? Como foi a sua formação no primeiro e segundo graus?

A história de minha família tem uma característica comum na sociedade brasileira: a miscigenação! A minha família materna descende de africanos escravizados no Brasil: meus tataravôs, Gonçalo e Margarida. Segundo a tradição familiar, eles eram do Congo. Viveram escravizados, no Rio de Janeiro, na fazenda da família Barata. Minha bisavó, Iria de Jesus, era casada com Manoel, um homem negro que, após a Guerra do Paraguai, veio para o Rio de Janeiro. Do casamento de Iria e Manoel, nasceram vários filhos: minha avó, Maria da Glória, casou-se com Antônio Paim, homem branco, nascido na Bahia. Por outro lado, a minha família paterna é branca: minha avó Elvira Carmem, filha de uma imigrante austríaca e de um português.

Entretanto, desde muito pequena, eu sempre tive uma ligação emocional muito forte com o meu lado familiar materno. Eu ficava imaginando como meu tataravô Gonçalo, que era “escravo de ganho”, conseguiu juntar dinheiro para comprar a sua



alforria e a de dois filhos. Há algum tempo, consegui localizar, no Arquivo da Cúria, meus tataravôs, Gonçalo e Margarida, batizando a filha Benedita. Também localizei, no anúncio das libertações, pelo Fundo de Emancipação, minha tataravó e minha “bisa” sendo libertadas. Esse passado de luta e sobrevivência deles sempre foi fundamental na minha vida! Foi através deles, que percebi que os escravizados, em meio aos horrores da escravidão, engendraram formas de sobrevivência. Contudo, esse “conhecimento” familiar não condizia com o que eu aprendia na escola sobre a população negra durante o longo período da escravidão e pós-abolição: as referências eram o trabalho na lavoura, o quilombo de Palmares e a Lei Áurea. Assim, outro elemento muito forte para mim, na época, foi a notícia do assassinato de Patrice Lumumba: eu tinha nove anos, nenhum conhecimento daquele homem e tampouco sobre o que levou ao crime. Entretanto, ele era do Congo, como meus ancestrais; a minha projeção de criança foi de que aquele homem havia sido assassinado por ser negro!

Outra referência foi quando, em 1967, anos antes de entrar para a faculdade, meu tio avô Valentim, ferroviário aposentado e morador de Nilópolis, me levou em São João de Meriti para eu conhecer, segundo ele, um “herói de carne e osso”: João Cândido! Os relatos de meu tio sobre ele eram incríveis e, quando cheguei, encontrei um “velhinho” calmo e gentil. Entretanto, conhecer aquele homem e, posteriormente, me aprofundar na história foi fundamental.

ENCONTRANDO UMA HISTÓRIA

Como foi a escolha pela história? O que te motivava e evocava na graduação?

No terceiro ano do Clássico, eu fui para o Curso Platão, em um programa que acoplava o pré-vestibular. O professor de História do Brasil era Ilmar Rohloff de Mattos: ele mostrou uma nova perspectiva sobre a escravidão. Assim, embora eu sempre tivesse maior interesse pelo tema, pensava em prestar vestibular para jornalismo. Entretanto, um dia o prof. Ilmar me perguntou por que não escolhia história. Eu não queria, porque meu pai era primo do professor Roberto Bandeira Accioli, que lecionava aquela disciplina no Colégio Pedro II, e eu acreditava que estaria “imitando-o”. Então, um dia, quando o prof. Ilmar entregou a minha prova, ele falou: “Faz história”! Era a semana da inscrição e eu fiz a opção. Naquele momento, eu percebi que meus objetivos estavam atrelados à

História. Desse modo, foi fundamental o terceiro ano, no Curso Platão, quando fui aluna do prof. Ilmar Rohloff de Mattos: Foi um grande alerta!

Sua graduação nos anos 1970 e seguintes foi também um momento de efervescência. Como isso te mobilizava em termos intelectuais? Quais os livros, abordagens, autores?

A minha entrada na faculdade ocorreu simultaneamente ao falecimento do meu pai. Então, foi um momento muito complicado emocionalmente. Por outro lado, a velha questão – minha mãe custou a receber a pensão: o sustento da família vinha do trabalho dos meus irmãos; minha mãe costurava e eu ajudava. Desse modo, eu não tinha muita participação nas manifestações. Contudo, foi uma época realmente efervescente, mas foram as aulas das professoras Lélia de Almeida Gonzalez e Maria Philomena Gebran que mais me mobilizaram e permitiram uma reflexão sobre os acontecimentos do período.

Lélia me emprestou, insistindo para eu ter cuidado, o livro *Os conceitos elementares do materialismo histórico*, de Marta Harnecker. Esse livro, com todo o simbolismo que o envolvia, foi muito importante para mim. Entretanto, uma indicação da prof. Philomena, *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano, também me possibilitou novas percepções. Igualmente importante foi *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Esses autores e obras, sob diferentes abordagens, foram elementos essenciais na minha forma de compreender a evolução da história humana. Além disso, outras fontes foram relevantes como, por exemplo, a *Revista Argumento*. A publicação, do início da década de 1970, tinha entre seus organizadores nomes como Celso Furtado, Francisco Correa Weffort, Florestan Fernandes e Octávio Paz. A proposta editorial era a de “propor um espaço de lucidez”.

Como foi a sua entrada na pós-graduação e a escolha de temas para estudo?

Após a conclusão da graduação, o meu objetivo imediato era trabalhar! No último ano da graduação, em 1976, saíram os editais dos concursos para professores do Estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura do Rio de Janeiro. Em janeiro de 1977, assinei o contrato com a prefeitura e, em março do mesmo ano, com o estado. Trabalhei como professora de ensino médio até me aposentar e, durante esse longo período, exercia atividades,



paralelas, ligadas à educação. Prestei concurso para professora de história no SENAC e dava aulas no Curso Técnico de Turismo.

Em 2000, antes de me aposentar, participei, como professora orientadora, do “Concurso Prêmio COMDEDINE de Pesquisa Escolar”, cujo tema era “*O Almirante Negro, João Candido- A Revolta da Chibata*”. O concurso foi feito pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O nosso trabalho, na categoria para alunos de 7ª série, foi o vencedor! No decorrer da pesquisa, estive na casa da filha de João Candido, D. Zelândia, que relatou fatos sobre o cotidiano do pai: as dificuldades que passou após a revolta para sustentar a família e a saudade que sentia de navegar. De acordo com ela, a escolha do seu nome, era porque, após descarregar peixe na Praça XV, o pai ficava olhando os navios atracados e um chamava a atenção dele: o *Zealand*. Então, ele decidiu, quando a criança nascesse, sendo menina, a chamaria Zelândia.

Após a minha aposentadoria, ocupei o cargo de diretora de Cultura de Iguaba Grande. Como eu já conhecia bastante a localidade, desenvolvi a pesquisa sobre as comunidades quilombolas na Região dos Lagos. A pesquisa foi um incentivo para a produção, através do projeto Revelando os Brasis, do documentário *Ibiri tua boca fala por nós*. Posteriormente, fiz pós-graduação, na Universidade Federal Fluminense, e o trabalho de conclusão do curso foi a *Fazenda Campos Novos e o tráfico ilegal de escravos*. Esse tema eu aprofundei, através de uma bolsa de pesquisa, da Fundação Biblioteca Nacional, no livro *José Gonçalves da Silva à nação brasileira: o tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio*. Em 2012, entrei para o Doutorado, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e tive a honra de ter como orientador o prof. Flávio dos Santos Gomes. Foi um estudo sobre as religiosidades negras no Rio de Janeiro. A tese, na publicação, recebeu o título de *O sagrado e o profano: vivências negras no Rio de Janeiro*”.

Portanto, as escolhas dos meus temas para investigação sempre estiveram associadas à situação da população negra, desde a escravização à pós-abolição. Os estudos sobre “escravidão negra” são muito abrangentes, indo desde a diversidade cultural dos africanos, o comércio de escravizados, religiosidades, relações familiares. Enfim, a compreensão de múltiplos aspectos que envolveram a vida de mulheres e homens que vivenciaram a dureza do cativo. Naturalmente, os mais de trezentos anos da escravidão deixaram marcas profundas na sociedade brasileira e na maioria dos países



que conheceram a prática. Mesmo depois de mais de 130 anos, elas ainda não foram resolvidas.

Você poderia falar com mais detalhes sobre o seu documentário sobre memórias da escravidão no Rio de Janeiro? Suas memórias das “irmãs Congas”, região dos Lagos, ideias, expectativas com as filmagens, prêmios e divulgações.

Não posso deixar de destacar, como um elemento fundamental, a questão da memória da escravidão entre as comunidades quilombolas na Região dos Lagos. Ainda quando trabalhava no Rio de Janeiro, eu passava as férias em Iguaba Grande e conhecia várias pessoas que se identificavam como “quilombolas”. Assim, após minha aposentadoria pelas secretarias de Educação do Estado e da Prefeitura do Rio de Janeiro, fui morar definitivamente em Iguaba Grande. Em 2004, fui convidada para ocupar o cargo de diretora de Cultura.

Desse modo, procurei aprofundar esse aspecto— sobre as comunidades quilombolas— na Casa da Cultura e, em 2006, pretendia fazer uma exposição, em 20 de novembro, acompanhada de um debate. Então, lembrei de um grupo de mulheres, que eu já conhecia havia muitos anos. Minha mãe comprava guandu, abóbora e outros produtos que elas vendiam: as irmãs Conceição da Silva. Entretanto, elas não estavam mais em Iguaba. Depois de muita procura, consegui localizá-las morando na Cruz, bairro no interior de São Pedro da Aldeia. Após certa resistência, elas aceitaram contar sobre a forma violenta como perderam as terras que possuíam em Iguaba Grande. A partir do relato delas e das fotos que fiz, montei a exposição: foi a mais visitada naqueles quatro anos de trabalho! Em 2008, eu soube do projeto *Revelando os Brasís*, do Instituto Marlin Azul e Ministério da Cultura, destinado a moradores de cidades de até 20 mil habitantes, com o objetivo de produzir um vídeo, de 15 minutos, sobre um aspecto da cidade. Fiz a minha inscrição, enviei a história e fui selecionada.

Após a seleção, participei das oficinas no Rio e, na volta para Iguaba, comecei as filmagens com as irmãs Conceição da Silva. O primeiro problema que surgiu foi que enviei, na inscrição, o filme com o título “As Congas”, como elas eram conhecidas em Iguaba. As Conceição da Silva rejeitaram o título e se posicionaram afirmando: “nós não nos chamamos assim, é o povo que fala, e nós não gostamos!”. Desse modo, tive que mudar o título e, sem saber o que colocar, perguntei: “Qual o título que vocês querem?”.



Georgina, a mais velha disse: “Não sabemos, você escolhe e tua boca fala por nós!”. Peguei essa ideia.

Entretanto, eu queria uma ligação com a ancestralidade africana. Continuei a filmar, porém, com esse problema na cabeça! Um dia, quando cheguei, uma delas falou “ibiri vai ser sacudido”. Eu perguntei o que era “ibiri”, e responderam que o pai delas é que falava. Saí dali e fui procurar em dicionários. Até que, em Câmara Cascudo, estava: “ibiri: o chicote de Nanã”. Segundo a tradição yorubá, o orixá Nanã traz a sabedoria dos mais velhos e a justiça. O título estava escolhido: “*Ibiri, tua boca fala por nós*”. É importante considerar que, embora elas fossem identificadas como descendentes de africanos centrais, aspectos das diversas religiosidades africanas foram sendo absorvidas pelos afrodescendentes. Assim, temos: as “congas” – a descendentes de africanos centrais–, com uma referência a um orixá da cultura yorubá e se reconhecendo como católicas.

Em 2009, eu estava fazendo curso de especialização, na Universidade Federal Fluminense, em História do Rio de Janeiro. No intervalo da aula comentei, com a professora Hebe Mattos, sobre o filme. Então, ela falou sobre o festival de filmes de pesquisa *Esclavages: mémoire, héritages et formes contemporaines*. O problema, para eu fazer a inscrição, é que o filme teria que ser legendado em francês. Entrei em contato com Beatriz Lindemberg, diretora do Instituto Marlin Azul, e ela providenciou a legenda em francês. Fiz a inscrição, e *Ibiri* ganhou, em maio de 2009, o Prêmio do Público. Pelas normas estabelecidas pelo festival, o filme foi exibido em vários países.

A produção do documentário foi uma experiência das mais significativas para mim. Entretanto, também surgiram contratemplos, como, por exemplo, algo que vários pesquisadores relatam enfrentar: as pessoas falarem, de maneira nefasta, que o filme deu muito dinheiro. O que, infelizmente, não é verdade e nem era o objetivo, o que recebi foi dividido entre onze pessoas. *Ibiri* também venceu, em 2010, o IX Festival Arariboia, em Niterói, e o prêmio foi uma bela e interessante coleção de livros sobre cinema. Entretanto, o documentário permitiu que eu aprofundasse a questão da memória entre os afrodescendentes da Região dos Lagos.

Em 2003, eu estava construindo minha casa no bairro da Rasa, em Armação do Búzios. Então, observava a grande presença de uma população negra naquele bairro. Foi ali que ouvi falar, pela primeira vez, em José Gonçalves da Silva e em como ele desembarcou, no século XIX, africanos escravizados, no Arpoador da Rasa e na praia de



José Gonçalves. A população negra da Rasa se reconhecia como descendentes dos que foram escravizados na Fazenda Campos Novos. Eu já conhecia a fazenda, antiga propriedade jesuítica, e, no meu trabalho de conclusão do curso de especialização, na UFF, escrevi sobre a fazenda e o tráfico ilegal de escravos. Portanto, acho importante destacar que foram as comunidades quilombolas da região, que, no século XIX, formavam o antigo Cabo Frio, que preservaram a memória do cativo na região e do traficante José Gonçalves da Silva.

Suas pesquisas de arquivos sobre os desembarques de africanos são consideradas referências, aliando rigor, determinação e amplitude. Poderia falar um pouco a respeito?

Considero fundamental o registro da memória das comunidades envolvidas no processo de escravização na Região dos Lagos. Entretanto, quando comecei as pesquisas sobre o tráfico na região, encontrei apenas três pequenas referências sobre José Gonçalves da Silva: o texto de um jornalista local, Marcio Werneck, em Artur José Renda Vitorino e o relatório da antropóloga Eliane Catarino sobre a comunidade quilombola da Rasa. No mais, era o que o “povo da Rasa” contava. Desse modo, parti, primeiramente, para a Biblioteca Nacional e, nas gavetas, encontrei o inédito *Libelo* de José Gonçalves. A partir desse documento, escrevi o texto para o trabalho de conclusão do curso de especialização na UFF, que foi publicado no livro *Díspora negra e lugares de memória*, organizado pela professora Hebe Mattos.

Através do edital da Biblioteca Nacional, em 2010, fui contemplada com bolsa de pesquisa e pude aprofundar o estudo. No Arquivo Nacional, localizei o processo de inventário de José Antônio dos Guimarães, sócio de José Gonçalves nos “negócios do tráfico”. Esperei bastante para ter acesso a esse documento que estava em processo de restauração. A espera valeu a pena, porque, nesse documento, também inédito para a historiografia, estava uma reivindicação de José Gonçalves sobre uma dívida que Guimarães tinha com ele. O juiz do processo determinou que fosse esclarecida a origem, e José Gonçalves, já inocentado da acusação de tráfico ilegal de africanos, apresentou o que o juiz identificou como uma “contabilidade do tráfico ilegal”: os “volumes de mercadoria” desembarcados em Cabo Frio! Também ficou constatada a ligação de José Gonçalves com o *Sagaz*, embarcação que gerou um grande processo— localizado no



Arquivo Nacional – após desembarcar africanos na Praia do Perú, em Cabo Frio, e ser incendiado antes da chegada das autoridades. Esses documentos foram básicos para o relatório final da bolsa de pesquisa e a publicação do livro sobre José Gonçalves da Silva.

Sua produção intelectual (com livros, prêmios, documentários, viagens internacionais etc.) sempre foi considerável, mas a sua entrada na pós-graduação (mestrado e doutorado) foi tardia. Fale sobre essas perspectivas.

Conforme citei anteriormente, o meu principal objetivo era a estabilidade no trabalho. Entrei para o Estado e no Município recém-saída da faculdade. Durante muitos anos, além de cumprir a carga horária, das minhas duas matrículas, eu ainda fazia dupla regência – aumentando minha carga horária – e fiz concurso para o Senac, como professora no curso técnico de Turismo. Então, só quando me aposentei, em 2003, é que comecei a buscar a pesquisa e uma maior especialização acadêmica.

A publicação do livro *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: o tráfico ilegal de escravos no Antigo Cabo Frio*, publicado em 2012, foi fundamental para a continuidade da vida acadêmica. Também foi significativo o edital, do Ministério da Cultura, de Intercâmbio e Difusão Cultural, para a pesquisa no Arquivo Distrital do Porto, sobre os meninos — como José Gonçalves — que vinham do norte de Portugal para o Brasil, dos quais muitos assumiram o tráfico na ilegalidade. Assim, embora não tenha feito o mestrado, surgiu a possibilidade de tentar o doutorado. Nesta empreitada contei com o incentivo, imprescindível, do professor Flávio Gomes.

Entretanto, o doutorado só teria sentido, para mim, se fosse para eu compreender uma determinada questão. Quando estava no primeiro ano da minha graduação, a professora Maria Philomena Gebran, de Antropologia, solicitou um trabalho em comunidades do Rio de Janeiro: duas colegas e eu fomos fazer a pesquisa no Morro de São Carlos! Procuramos a Associação de Moradores e o sr. Raimundo se prontificou a nos acompanhar. Passamos duas semanas indo, diariamente, no São Carlos. Conhecemos pessoas maravilhosas, que nos ajudaram muito, como Osvaldo Melodia – pai do cantor Luiz Melodia.

Na última semana, o sr. Raimundo disse: “vou levar vocês para conhecerem um homem muito importante”. Após subirmos muitas vielas, chegamos e fomos recebidos na sala em que estava sentado, um homem negro, forte e idoso: era Tancredo da Silva Pinto.



Eu não conhecia nada sobre ele, mas conversamos bastante: ele falou sobre ter nascido em Cantagalo e como sua família, no pós-abolição, veio para o Rio de Janeiro. As roupas que ele estava usando chamaram minha atenção, e eu perguntei: “o senhor é pai de santo?” Ele me olhou mansamente, segurou minha mão e disse: “minha filha, eu sou Tata de Inkise, eu sou o Rei do Omolocô!” Aquilo, para mim, foi muito forte. Então, a figura do Tata Tancredo e sua afirmação foram o motivo que me levou ao doutorado: queria saber o que significava ser tata de inkise, como aquela religiosidade se estabeleceu no Rio de Janeiro e porque, na segunda metade do século XX, um homem se considerava a maior autoridade desse culto no Brasil.

Assim, tive a felicidade de ser aprovada para o doutorado e de ser orientada pelo professor Flávio Gomes. Entretanto, a pesquisa mostrou outros aspectos: a intolerância em relação às diversas religiões negras que eram praticadas no Rio de Janeiro com casas de culto violadas e lideranças presas. Por outro lado, constatei a multiplicidade étnica e religiosa da população negra na antiga capital do Império e da República.

CONVIVÊNCIA APRENDIZ: UMA LÉLIA

Hoje muito se fala das referências de Lélia Gonzalez. Fale das suas lembranças

Eu citei, anteriormente, a Lélia. Ela era, para mim, de início, assustadora: eu me sentia muito intimidada diante do conhecimento e da sua força. Desse modo, aos poucos, fui percebendo que, por trás da imagem de arrogância, que alardeavam sobre ela, estava uma mulher extremamente inteligente e de profundo conhecimento. Entretanto, muito machucada por suas vivências. No início, ela foi minha professora durante dois anos, eu tinha “pânico” dela. Naturalmente, ela percebeu meu medo e, depois de um tempo, ela olhou para mim e disse: “Nilma, não precisa ter medo porque eu não mordo!”. Em 1986, quando ela foi candidata à deputada, encontrei-a, na Praça XV, no centro do Rio de Janeiro, fazendo campanha: ela se lembrou do que havia falado e rimos muito. Lélia é uma referência como intelectual, mulher negra e na luta pela igualdade. Entretanto, sua importante produção acadêmica é pouco divulgada. Um aspecto que sempre chamou a minha atenção, especificamente em relação a Lélia Gonzalez, era o fato de que, mesmo com todo o reconhecimento intelectual sobre ela, havia um posicionamento de alguns que a consideravam arrogante e diziam que ela era assim porque, mesmo sendo negra, “havia vencido”!



ORGANIZAÇÕES E ARRANJOS DE LUTA

Como você avalia a institucionalização das ações negras intelectuais como a ABPN e outras instâncias formais e informais de intervenção pública?

Nas últimas décadas, houve acesso de um número maior de negros às universidades. Essa mudança está bastante relacionada à ação de instituições militantes. A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), como determina seu estatuto congrega pesquisadores que trabalham com temas de interesse direto das populações negras no Brasil. Por outro lado, a instituição também promove conferências, reuniões, debates e cursos. Em 2011, tive a oportunidade de coordenar o grupo de trabalho “Memória e História de Negros e Negras na Baixada Litorânea”, no 1º Encontro Regional da ABPN, promovido pela associação, em São Pedro da Aldeia. Essas atividades são fundamentais, descentralizando suas ocorrências, para levar a discussão a várias localidades, especialmente, aquelas com comunidades quilombolas. A possibilidade de discussão e divulgação de trabalhos sobre o tema é enriquecedora e promove novas ações.

PROJETOS E FÔLEGOS

Fale um pouco dos seus projetos acadêmicos e intelectuais atuais.

Em 2017, iniciei o pós-doutorado no Programa Avançado de Cultura Contemporânea-PACC/UFRJ, sob supervisão da professora Heloisa Toller Gomes, e o tema foi “Famílias negras: escravos, libertos e livres no Rio de Janeiro (1870-1920). Nesse estudo, o objetivo foi identificar famílias negras no Rio de Janeiro, entre as últimas décadas do regime escravocrata e as primeiras da República. Comparando informações de diferentes fontes, investiguei a formação das uniões conjugais estáveis sob o cativeiro e nos anos seguintes à abolição. Assim, analisando os percursos de famílias de libertos e seus descendentes, observei diferentes aspectos nas experiências de liberdade, inclusive sua inserção na sociedade idealizada pela nascente República brasileira. Em 2018, continuei no PACC, em segundo pós-doutorado, em análise sobre mulheres negras no Rio de Janeiro oitocentista. Entretanto, considero que as duas pesquisas se



complementam. A escravidão se apropriou do princípio *partius sequitur ventrem*. Desse modo, a condição da mulher determinava o futuro do filho. Mas não significa a falta de uniões estáveis. Localizei, no decorrer das pesquisas, famílias formadas por avós, pais e filhos.

Por outro lado, situações dolorosas ocorriam como no caso de Joaquim, um escravizado no Rio de Janeiro, que, diante da ameaça do senhor de vendê-lo em separado de sua mulher, grávida, e a filha pequena, ele preferiu matar as duas. Joaquim, segundo seu depoimento no tribunal, pretendia também se matar e só não conseguiu porque foi contido pelos outros escravos. Ele foi condenado à morte.

Situação similar viveu uma jovem escravizada que, diante da ameaça de seu senhor, pai de seu filho, de vendê-los separados, a moça pegou a barca Rio/Niterói e, no meio da baía, se jogou ao mar com a criança. Os dois foram salvos por um marinheiro. Maria foi a julgamento e, no tribunal, o próprio promotor pediu a absolvição da jovem: alegou que o que tinha que ser condenada era a crueldade da escravidão. Ainda na sessão, foi iniciada a arrecadação de valor para a compra da moça e de seu filho.

Assim, é fundamental observarmos que os escravizados tiveram capacidade — mesmo sob o duro peso do cativo — de buscar a manutenção de seus vínculos familiares. Outro exemplo é o caso das africanas livres: muitas africanas alegaram, inclusive na justiça, que, por terem sido desembarcadas após a proibição do tráfico internacional, pela lei de 1831, elas eram livres, e que seus filhos, nascidos no Brasil, eram igualmente livres.

Mesmo sob as condições impostas pelo regime, para os escravizados a vida familiar foi significativa. Muitas famílias de escravizados conseguiram permanecer juntas. Um exemplo é minha própria família, formada por meus tataravôs Margarida e Gonçalo. Portanto, a ideia de desregramento moral dos escravizados se originou da visão preconceituosa.

Houve resistência cotidiana e busca de estratégias — desde fugas até formas extremas como suicídios, assassinatos até ações na justiça — na tentativa de superar -- escravização, preconceitos e estigmas. Contudo, o fim do sistema escravista não significou o fim dos estigmas em relação a população negra. Desse modo, as pesquisas realizadas nos pós-doutorados foram fundamentais na reconstrução de trajetórias e identificação de estigmas que acompanharam mulheres e homens negros, mesmo no pós-abolição.



Ainda no PACC/UFRJ, tive, em 2019, a honra de ser convidada, pela direção do programa, para participar da organização do dossiê, para a *Revista Z Cultural*, cujo tema foi escravidão. A proposta do dossiê era uma reflexão sobre múltiplos aspectos do cativo e como homens e mulheres, de diferentes etnias e territórios africanos, tiveram que se reconstruir e se reinventar diante da truculência do sistema escravocrata.

Assim, a introdução do dossiê *Escravidão: múltiplos aspectos e reflexões* foi a entrevista com Lilia Schwarcz e Flávio Gomes que organizaram o *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Reunimos também textos de importantes nomes da historiografia como: Marcus Carvalho, Marcelo Mac Cord, Luiz Alberto Couceiro, Lucimar Felisberto e agregamos outros significativos trabalhos inéditos que, através de diferentes perspectivas, apresentam o cotidiano e as ações daqueles que vivenciaram a escravidão e são significativos para a apreensão da história e cultura nacional.

Em 2020, foi o lançamento do livro *Cabo Frio revisitado – a memória regional pelas trilhas do contemporâneo*, organizado pelo arquiteto Ivo Barreto, reunindo artigos assinados por vários autores sobre a memória regional. Escrevi um texto sobre as implicações de políticos locais, suas relações com a política nacional e com o tráfico ilícito de escravizados.

Recebi, recentemente, uma proposta de pesquisas sobre imigrantes dos europeus vindos para o Brasil, no final do século XIX. Desse modo, eu pretendo, caso o projeto seja viabilizado, inserir a análise de outro aspecto da minha história familiar: como minha bisavó paterna, uma jovem europeia pobre, que veio com o irmão viver no Brasil. Na verdade, será tentar compreender outro tipo de uma população excluída: o imigrante.

Atualmente, estou trabalhando, neste período pandêmico, nos textos produzidos como relatórios finais do pós-doutorado no Programa Avançado de Cultura Contemporânea- PACC/UFRJ, sobre famílias e mulheres negras no Rio de Janeiro, no final oitocentista. Quero reunir as duas pesquisas e publicar o livro.

Outro estudo a ser concretizado é sobre a Escola Fluminense de Pintura. Em 2007 apresentei, na Comissão de Projetos Culturais Incentivados, o projeto *Manuel da Cunha: Pintor e Escravo no Rio de Janeiro do século XVIII*, que recebeu o Certificado de Mérito Cultural, e pretendo agora ampliar a pesquisa já realizada. A análise sobre a Escola Fluminense de Pintura vai inserir a discussão sobre os artistas negros e pardos. Entretanto, o foco será a obra de Manuel da Cunha e sua singular história de vida.



Entretanto, outras possibilidades de pesquisas não estão excluídas e buscando, sempre, a reflexão sobre as vivências de mulheres e homens negros, durante o cativeiro e no pós-abolição, e as sequelas no Brasil.

Recebido em: 01/02/2021

Aprovado em: 15/02/2021